

DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
PLANO PILOTO/CRUZEIRO  
ESCOLA CLASSE 115 NORTE

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

BRASÍLIA

2016



## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	2
1.1.	Apresentação.....	2
2.	DIAGNÓSTICO.....	2
2.1.	Características da escola.....	2
2.2.	Missão da escola.....	3
2.3.	Resultados educacionais.....	3
2.4.	Convivência na escola.....	3
2.5.	Prioridades.....	4
3.	PROPOSTA PEDAGÓGICA.....	4
3.1.	Princípios do PPP.....	4
3.2.	Diretrizes do PPP.....	6
3.3.	Dispositivos legais.....	7
4.	PLANO DE ATIVIDADES.....	8
4.1.	Objetivos.....	8
4.1.1.	Objetivo geral.....	8
4.1.2.	Objetivos específicos.....	8
4.2.	Metodologia de implementação.....	9
4.2.1.	Organização do Trabalho Pedagógico.....	9
4.2.2.	Organização da Proposta Curricular.....	9
4.2.3.	A gestão escolar.....	10
4.2.4.	Cogestão.....	13
5.	IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES.....	14
5.1.	Acompanhamento.....	14
5.2.	Avaliação do PPP.....	14
6.	REFERÊNCIAS.....	15

## **1. INTRODUÇÃO**

### **1.1. Apresentação**

1. Visando oferecer uma educação que integre as dimensões humanas – pensamento, emoção e ação –, a comunidade escolar da Escola Classe 115 Norte apresenta este Projeto Político Pedagógico (PPP), assumindo a valorização das diferentes formas de ensinar e aprender, por meio de alternativas metodológicas que propiciem transformações socioculturais.
2. Nesse sentido, este documento se consolida como instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que orienta o fazer pedagógico dessa instituição, buscando promover transformações.

## **2. DIAGNÓSTICO**

### **2.1. Características da escola**

3. A escola foi inaugurada em 13 de março de 1984 pela Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, no Governo José Ornellas de Souza Filho.
4. É uma instituição vinculada à Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto/Cruzeiro, da rede pública de ensino, sendo subordinada à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, com a complementação curricular realizada pela Escola Parque da EQN 210/211.
5. Com oferta de ensino aos anos iniciais do Ensino Fundamental, a escola atende atualmente a 254 crianças com idade a partir de seis anos, de diversos níveis socioeconômicos, moradores do Plano Piloto e de outras Regiões Administrativas do Distrito Federal e entorno. As vagas são destinadas, prioritariamente, aos estudantes da rede e àqueles selecionados pela Central Única de Atendimento (telefone 156). As vagas remanescentes são disponibilizadas à comunidade pela secretaria da escola.
6. A escola possui sete salas de aula e mais outras oito (multifuncional, direção, professores, servidores, Serviço de Orientação Educacional-SOE, de recursos, vídeos e secretaria), Laboratório de Informática, biblioteca, cantina e quatro banheiros (masculino/feminino, infantis; masculino/feminino, adultos).
7. Um parquinho infantil se encontra instalado no espaço de livre recreação, à disposição dos estudantes.
8. Como as demais da rede pública de ensino, a escola atende a crianças com necessidades educacionais especiais, contemplando aquelas com deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e Transtornos Funcionais Específicos (TFE).
9. O quadro funcional da escola é composto por 18 professores regentes, dois professores que atuam na direção, uma orientadora educacional, uma coordenadora, uma professora na biblioteca, uma professora de atendimento educacional especializado, uma secretária, um apoio administrativo, quatro servidores que atuam na limpeza, duas merendeiras, dois porteiros e quatro vigias. A escola conta ainda com o trabalho de uma Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem Itinerante, representada no momento por uma psicóloga.
10. A escola busca estabelecer parcerias com a comunidade local, associações e órgãos governamentais e não governamentais.

## 2.2. Missão da escola

11. A escola tem como missão:

“Ser referência de formação humana para o território educativo, contemplando a comunidade escolar, devendo, para isso, operacionalizar o acesso e a aprendizagem ao seu público-alvo, ofertando um ensino de qualidade voltado para o desenvolvimento das dimensões humanas, contribuindo para que as crianças e os adolescentes se tornem cidadãos para a vida, críticos, participativos, comprometidos e transformadores da sociedade”.

12. Para cumprir essa missão, a escola busca constantemente:

- a) Atender aos estudantes, respeitando suas diversidades, bem como oportunizando o seu desenvolvimento pessoal em trabalhos conjuntos com as respectivas famílias.
- b) Preparar os estudantes para solução de problemas.
- c) Desenvolver habilidades voltadas para a valorização da vida em articulação com os conteúdos propostos no currículo.
- d) Desenvolver a cidadania e os valores, fortalecendo os vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e de compromisso com a diversidade em que se assenta a vida social.
- e) Tornar adequado o ensino-aprendizagem às diversas realidades dos estudantes.
- f) Qualificar o ensino, desenvolver a capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.
- g) Cultivar a convivência harmônica, evidenciando sua relevância, simultaneamente ao cultivo da ideia de que todos devem ser ativos e críticos.
- h) Desenvolver o respeito, exercitando-o junto aos estudantes, a partir da informação, sensibilização e conscientização.

## 2.3. Resultados educacionais

13. Os resultados da escola têm representado o conjunto de esforços realizados a partir de uma estratégia de avaliação focalizada no desenvolvimento coletivo, em que a direção e a coordenação acompanham as ações, intervindo de modo a garantir uma educação sustentada nos quatro pilares da educação para o século XXI, compreendidos como aprendizagens fundamentais ao longo de toda a vida: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser constituem (DELORS et al., 1998). Desse modo, a busca de resultados prima pela formação de indivíduos críticos, capazes de delinear e construir o próprio futuro, sendo essa busca o reflexo de um planejamento pedagógico voltado para o desenvolvimento pessoal que conta com o forte comprometimento dos profissionais da escola.

## 2.4. Convivência na escola

14. A comunidade escolar se organiza por meio do Conselho Escolar (CE) e da Associação de Pais e Mestres (APM). Neste aspecto, tem sido desafio construir um ambiente de maior participação, envolvimento e comprometimento dessa comunidade nos diversos âmbitos de atuação da escola. Nesse desafio, tenta-se

construir a escola como um lugar onde cada estudante encontre a possibilidade de se instrumentalizar para a realização de seus projetos, sempre presente a busca constante da qualidade do ensino, pressupondo-a como condição necessária à formação moral e intelectual dos estudantes.

15. Para tanto, a escola busca, em relação às atividades normais:
  - a) Envolvimento da comunidade escolar com o processo de aprendizagem, p. ex., por meio de trabalhos diversificados e orientados.
  - b) Realização de eventos voltados para os pais, para que estes se sintam acolhidos e confiantes no ambiente escolar.
  - c) Incentivo cada vez maior à prática de acompanhamento dos estudantes pelas respectivas famílias.
16. Com relação a atividades extras, desenvolvidas em compatibilidade com a realidade dos pais e estudantes, a escola introduz atividades como:
  - a) Discussão permanente das equipes de trabalho, visando a encontrar meios de levar estudantes e pais a terem maior ou menor participação nas atividades escolares.
  - b) Reflexão sobre a prática pedagógica, verificando conteúdos e formas de encaminhamento das atividades, priorizando aspectos como flexibilidade, envolvimento, expectativas de aprendizagem e percursos avaliativos.
  - c) Preparação contínua de planejamentos capazes de, efetivamente, facilitar e orientar estudantes e pais quanto ao desenvolvimento das atividades escolares.
  - d) Enumeração de subsídios às discussões de temas relevantes com pais e responsáveis pelos estudantes.
  - e) Produção ou pedidos de materiais cada vez mais significativos para a aprendizagem.
17. Cultua-se a boa convivência ainda por meio de palestras para a comunidade, envolvendo profissionais parceiros:
  - a) Palestras sobre afetividade, bullying, higiene pessoal (em fase de implementação pela Orientação Educacional).

## **2.5. Prioridades**

18. De um modo geral, a má adequação da faixa etária dos estudantes, a estrutura física (p. ex., a falta de uma área de lazer adequada) e a falta da maior participação das famílias nos eventos promovidos pela escola (em geral, alegam não pertencer à comunidade local) influenciam nas necessidades reais e coletivas do grupo escolar.

## **3. PROPOSTA PEDAGÓGICA**

### **3.1. Princípios do PPP**

19. A escola adota certos princípios orientadores das práticas pedagógicas. Portanto, eles perpassam os processos de ensino-aprendizagem, estando presentes na atuação, possibilitando a apropriação do espaço escolar de forma consciente, responsável, democrática e solidária. São eles: Autonomia, Alteridade, Cogestão, Democracia, Inovação, Solidariedade e Protagonismo.
20. Autonomia: entendida como uma relação, e não como uma propriedade, estabelecida pelos envolvidos no ato educativo, enquanto estes se potencializam

como autores de seus processos de aprendizagem, tornando-se sujeitos ativos na construção de suas identidades e singularidades nos diversos contextos de integração com a comunidade. Circunscreve-se à ideia de construção de um tecido sociocomunitário plural e emancipador, portanto, gerador de oportunidades de exercício do poder de decisão e ação.

21. Alteridade: compreendido como a capacidade ética de um indivíduo perceber a existência e singularidade do outro, além de si, sendo todos eles detentores de saberes e de experiências de vida, sendo tal princípio a base para o respeito mútuo e a alegria de conviver.
22. Cogestão: concepção organizativa ligada ao princípio de codecisão, segundo o qual as decisões devem ser tomadas por concordância de todos os envolvidos com a necessidade de decidir, buscando-se o equilíbrio de poder e de participação dos vários segmentos no interior da instituição (no caso a escola).
23. Democracia: garantia de participação da comunidade escolar como um todo e a vivência da cidadania pelos seus membros. Assegurada essa participação, as equipes diretivas e conselhos escolares, legitimados pelo voto direto, assumem a gestão de um projeto democrático de escola e de educação com qualidade social.
24. Inovação: capacidade intrínseca de mudar os diversos contextos da escola por meio de condutas e práticas refletidas em pedagogias transformadoras, que, permeando a prática social concreta, promovem mediação entre o individual e o coletivo, oportunizando a maior inserção da escola na realidade social da qual faz parte.
25. Solidariedade: é um valor que pode ser definido como a tomada de consciência das necessidades dos outros e o desejo de contribuir e colaborar para com a sua satisfação, sendo aprendido e consolidado com a prática no dia a dia da escola.
26. Protagonismo: entendido como o exercício do poder de decisão nos mais diversos níveis da experiência social construída nos ambientes da escola, tendo como cerne a participação ativa e construtiva dos membros da escola e da sociedade como um todo.
27. Em coerência com os mencionados princípios, entende-se por “escola”, além do espaço físico, um componente ativo do “território educativo”. Este se caracteriza pelos aspectos socioculturais e pelos demais recursos que constituem o espaço geofísico onde ocorre a formação humana dos envolvidos nos diversos processos educativos. A escola, portanto, pretende ser percebida como uma comunidade de aprendizagem dentro de um território educativo, onde ela reconhece seu papel transformador e entende a cidade como espaço de aprendizado. No território multiplicam-se as oportunidades educativas para todas as idades, articulam-se os diferentes setores – educação, saúde, cultura, assistência social – em prol do desenvolvimento local e dos indivíduos. Nele as pessoas interagem, construindo relações de aprendizagem, em espaços de convivência favoráveis ao compartilhamento de experiências e conquista da autonomia individual e coletiva.
28. À vista desses princípios e entendimento, a escola propõe estabelecer processos dinâmicos e potencializadores de aprendizagem, a ocupar todos os seus ambientes, e não somente a sala de aula, ampliando o conceito de espaço escolar na medida em que produz vivências pedagógicas responsáveis capazes de transformar cada um desses ambientes em microterritórios educativos, guardadas as diretrizes e princípios deste PPP.
29. Nesse sentido, pretende-se que o processo de socialização entre os **estudantes** seja fundamentado em novos parâmetros, para além do regime disciplinar imposto pelo formato de ensino vertical em sala de aula. É, de fato, considerar

cada estudante como sujeito de sua aprendizagem, esta produzida no coletivo a partir de experiências e perspectivas diferentes.

30. Nessa configuração, os educadores atuam como organizadores e incentivadores de processos de aprendizagem que emergem da percepção e prática dos educandos em contextos de rica interação entre experiências sociais construídas por docentes e discentes. Dessa forma, com base em suas observações e reflexões, o educador planeja e orienta a aprendizagem numa tarefa quase artesanal de criação e recriação de alternativas pedagógicas que encaminham o processo educacional, ajustando-as cada vez mais a realidades específicas. O próprio educador se verá envolvido num processo de aprendizagem permanente.
31. Portanto, na perspectiva de propor uma aprendizagem em que os sujeitos participem de dinâmicas de ensino legítimas e significativas, isto é, a partir de suas próprias necessidades, desejos e aspirações, os educadores incorporam no seu fazer pedagógico a escuta sensível (p. ex., desenvolvendo rodas de conversa com os educandos). Com tal procedimento, os educadores podem identificar aspectos relevantes dessas dinâmicas, contribuindo para enriquecer seus planos de aula e reorganizar o processo educacional.

### **3.2. Diretrizes do PPP**

32. Tendo em vista seu caráter vivo e dinâmico, pois considera as diversas realidades vivenciadas pela comunidade escolar, este PPP sofrerá avaliação semestral, realizada pela comunidade escolar, com resultados e percepções a serem referendados em assembleia. Com esse procedimento, garantir-se-á a coerência entre seus princípios e práticas pedagógicas.
33. Mencionada coerência ocorrerá somente se os educadores se mantiverem em constante atualização. Nesse sentido, além da própria iniciativa de buscar o autodesenvolvimento, eles deverão participar de processos de formação continuada priorizados pela comunidade escolar, podendo referir-se à prática da cogestão, à aprendizagem sobre temas de interesse dessa comunidade e à análise da própria prática didático-pedagógica.
34. Uma equipe composta por pessoas dos diferentes segmentos da comunidade definirá, em até seis meses após a aprovação deste PPP, uma metodologia de avaliação continuada, integrada ao processo de planejamento, concebida como instrumento de aprendizagem e autoavaliação dialógica.
35. Ao considerar o estudante como o principal ator do processo educacional, a escola:
  - a) Garantirá espaços coletivos de tomada de decisões e construção do protagonismo das crianças e adolescentes.
  - b) Desenvolverá instrumentos de comunicação que reflitam os princípios deste PPP e as práticas pedagógicas.
  - c) Instituirá a prática de reagrupamento em dois dias da semana, sob o regime de tutoria.
36. Para promover o fortalecimento dos vínculos entre toda comunidade, a escola:
  - a) Garantirá a realização de eventos celebrativos e prazerosos, construídos coletivamente, envolvendo a comunidade.
  - b) Promoverá espaços de convivência e aprendizagem de pais e professores, podendo ser momentos mensais de aprendizagem em forma de oficinas e

rodas de conversa com temas de interesse para pais e responsáveis. Mencionados espaços serão abertos à comunidade escolar.

- c) Incentivará a participação dos pais nas rodas de conversa.
- d) Promoverá uma rotina de encontro dos pais na escola, com o fim de estabelecer um espaço de referência junto à comunidade escolar.

37. As ações pedagógicas zelarão pela relação entre currículo e produção de conhecimentos. Para tanto, a escola considerará permanentemente:

- a) A construção de conhecimentos a partir das vivências, práticas diversas e questões geradoras produzidas pelos estudantes. O eixo condutor deve ser a prática e não os conteúdos. Nesse sentido, altera-se a dinâmica de aprendizagem, que se expande da sala de aula para as demais áreas da escola, podendo alcançar toda a comunidade educativa, numa escala gradativa, constante e integral de desenvolvimento e experimentação de potencialidades. Uma forma de abranger essa dinâmica pode ser por meio de “projetos” desenvolvidos e avaliados ao modo de portfólios.
- b) A escola como um espaço real de inclusão de estudantes especiais. Nesse sentido, assume-se que cada ser humano é especial, singular, diferente. Assume-se que o acento nas diferenças individuais abre espaços para a alteridade.
- c) A música e demais formas de arte, bem como o esporte, como elementos presentes nos diversos momentos da ação educativa. Considera as vivências relacionadas a essas áreas da vida humana tanto dentro como fora da sala de aula.
- d) Participação das crianças e adolescentes na construção de ações de pesquisa e de proposição de temas e conteúdos.
- e) O uso de programas do Laboratório de Informática, de forma a que este permaneça aberto como recurso disponível para pesquisa pelos estudantes.
- f) Parcerias que possibilitem aos monitores contribuir com a equipe pedagógica em suas atividades transversais no Laboratório de Informática.
- g) A ampliação dos trabalhos de permacultura com os estudantes.

### 3.3. Dispositivos legais

38. Este PPP segue inicialmente a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que define, em seu art. 205, que a educação visa a desenvolver plenamente a pessoa (BRASIL, 1988). A Constituição estabelece que a família, a sociedade e o Estado devem garantir:

À criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, art. 227).

39. Na sequência, este PPP cumpre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) que, de acordo com os princípios de liberdade e solidariedade humana, estabelece como finalidade da educação “o pleno desenvolvimento do educando”, preparando-o para o exercício da cidadania e qualificando-o para o mundo do trabalho (BRASIL, 1996, art. 2º).

40. Em consonância com esses dispositivos legais, o ensino tem como base:

- a) Igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola.
  - b) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.
  - c) Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
  - d) Compromisso com a liberdade e com a diversidade.
  - e) Coexistência da instituição pública.
  - f) Gestão democrática, na forma da legislação do sistema de ensino.
  - g) Valorização da experiência extraescolar.
  - h) Vinculação entre educação escolar, trabalho e práticas sociais.
41. Os Parâmetros Curriculares Nacionais também define as linhas deste PPP. Neste dispositivo legal estão importantes referenciais de qualidade para a educação no Ensino Fundamental. Ele orienta com relação à coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de toda a comunidade escolar.

## **4. PLANO DE ATIVIDADES**

### **4.1. Objetivos**

42. Os objetivos deste PPP são apresentados a seguir, no âmbito do Plano de Atividades. Em sua essência, este é constituído pelos projetos pedagógico, curricular e de gestão da escola. Desse modo, visualiza-se melhor a aproximação entre planejamento e ação.

#### **4.1.1. Objetivo geral**

“Promover transformação sociocultural a partir de uma prática educativa emancipadora, comprometida com a diversidade, com acesso e a produção de conhecimento que articule o local e o universal, contribuindo para a formação de sujeitos sensíveis, críticos e autônomos”.

#### **4.1.2. Objetivos específicos**

- a) Proporcionar uma educação sólida, indispensável ao exercício da cidadania.
- b) Oferecer uma educação de qualidade, buscando eficiência e eficácia no fazer educativo por meio de estratégias diferenciadas de ensino.
- c) Assegurar uma educação de qualidade que valorize não apenas as informações e a busca do desenvolvimento cognitivo, mas que procure compreender a escola como um todo educativo, no qual os educandos sejam contemplados na sua plenitude humana (afetivo, físico, social e assim por diante) pela ação de todos os agentes incluídos no contexto escolar.
- d) Defender, em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais, os valores imutáveis, universais, inserindo-os nos conteúdos desenvolvidos na escola.
- e) Resgatar princípios de cidadania, contribuindo com a formação de cidadãos para a vida, conscientes de suas responsabilidades na construção de uma sociedade justa e igualitária.
- f) Estimular e operacionalizar a parceria escola-comunidade.
- g) Integrar comunidade e escola por intermédio de festas e eventos.

- h) Estimular o resgate de vínculos familiares, articulando o envolvimento da família no processo de formação e desenvolvimento da criança e do adolescente.
- i) Dinamizar o funcionamento da escola, voltando-se para a prática didático-pedagógica inclusiva, respeitando os saberes próprios.
- j) Conscientizar a comunidade local da importância e do direito das crianças com necessidades especiais de frequentarem o ensino regular.
- k) Reduzir o índice de evasão/fracasso escolar.
- l) Incentivar o ingresso e permanência de estudantes com necessidades especiais no ensino regular.
- m) Desenvolver atividades geradoras de motivação, participação, cooperação, coeducação e sociabilidade.
- n) Oportunizar contatos mais ricos, diversificados e constantes da criança com a leitura e a escrita, sempre em situações reais, significativas e de prazer, desenvolvendo projetos pedagógicos específicos.
- o) Desenvolver e fortalecer a autoestima das crianças.

## **4.2. Metodologia de implementação**

### **4.2.1. Organização do Trabalho Pedagógico**

43. Projetos a serem criados, mantidos e desenvolvidos no âmbito deste PPP:

- a) Projeto de Alfabetização, desde o início do ano letivo.
- b) Projeto Alimentação Saudável, com prática de cultivo de alimentos em horta escolar.
- c) Momentos de Leitura.
- d) Projetos da Biblioteca.
- e) Era uma vez... de contação de histórias.
- f) Empréstimo de livros.
- g) Ciranda do livro.
- h) Leitura em família para o 1º. ano.
- i) Brasil, o povo e muitas culturas.
- j) Poupança coletiva.
- k) Corpo humano.
- l) Família na escola.
- m) Projeto de Matemática.
- n) Projeto Valores.
- o) Projeto de Dança do Instituto Federal de Brasília.
- p) Conscientização da comunidade para a função da escola.
- q) Construir conhecimento a partir das vivências, práticas diversas e questões geradoras produzidas pelos educandos. O eixo condutor deve ser a prática e a reflexão constante.
- r) Cultura Digital (Laboratório de Informática acessível aos estudantes, visando ao seu desenvolvimento nos territórios digitais).
- s) Festa das famílias.
- t) Festas da cultura popular (p. ex., festa junina).
- u) Rodas de conversa.

### **4.2.2. Organização da Proposta Curricular**

44. A proposta curricular constrói a identidade da escola. Nela ficam estabelecidas as diretrizes para a realização do trabalho pedagógico e as linhas de ensino a serem adotadas. Estabelece-se também a participação dos demais segmentos que compõem o ambiente escolar. O compromisso dos professores, estudantes e pais, assim como dos demais servidores da escola, se formaliza em torno de uma proposta pedagógica na qual o currículo é elaborado e organizado de acordo com o espaço/tempo disponibilizado para o estudo de conteúdos e a realização de atividades. A proposta visa a auxiliar a escola a atingir as suas metas e os objetivos pretendidos para cada ano/série.
45. Nesse sentido, a escola realiza vários projetos, visando ao desenvolvimento de um processo educacional significativo e de qualidade, bem como sanar dificuldades apresentadas pelos educandos. São eles:
- a) Reagrupamento: realizado com os estudantes pertencentes ao bloco inicial de alfabetização (turmas de 1º, 2º e 3º anos), em que estes são reagrupados de acordo com o nível de alfabetização, após a realização do teste da psicogênese, e realizam atividades visando ao seu desenvolvimento.
  - b) Projeto Interventivo: realizado com os estudantes pertencentes aos 4º e 5º anos. É o mesmo modelo utilizado no Reagrupamento. Os estudantes são agrupados de acordo com as dificuldades apresentadas.
  - c) Projeto de Leitura Era uma Vez: realizado com todos os segmentos da escola, com leitura de livros durante um tempo determinado em um dia da semana e complementado com a sacolinha literária (leitura em casa).
  - d) Recreio da Alegria: recreio com brinquedos pedagógicos, monitorado pela Orientadora Pedagógica, com a ajuda de alguns servidores, visando trabalhar nas crianças a brincadeira saudável, sendo os valores aprendidos no ambiente escolar aplicados no cotidiano.
  - e) Projeto Plantando Virtudes: realizado pela Orientadora Pedagógica, com a leitura de textos reflexivos e aplicação de atividades acerca de valores e virtudes necessários à boa convivência escolar.
  - f) Sextas Culturais: realizado pelas coordenadoras pedagógicas, com o apoio de docentes e discentes, em que as datas comemorativas são ressaltadas de maneira artística, com apresentações de música, poesia e teatro.
46. Desse modo, o currículo deixa de ser fracionado, estático, organizado por disciplinas, concretizando-se em rede, sendo dinâmico, pois se organiza por áreas de conhecimento e temas geradores. A sala de aula passa a ser um local de reflexão e de situações de aprendizagem, deixando de ser espaço de mera transmissão e recepção do saber. Todas as atividades se focalizam em projetos e resolução de problemas.

#### 4.2.3. A gestão escolar

47. O atual modelo de gestão escolar será mantido. Entretanto, as linhas de ação a seguir apresentadas encontram-se modificadas para torná-lo adequado a este PPP.

##### 4.2.3.1. Gestão pedagógica

48. Os planejamentos de aula são elaborados com base neste PPP, mesclando os conteúdos com os projetos. Participam de sua elaboração, coletivamente, os professores de cada série envolvida nas ações e as coordenadoras pedagógicas

a partir de assuntos pesquisados. As atividades são elaboradas de maneira clara e objetiva para que os objetivos sejam alcançados.

49. A aprendizagem dos estudantes é monitorada semanalmente por meio de encontros e trocas entre professores e coordenadores pedagógicos, avaliando-os continuamente a partir de atividades desenvolvidas por estes e observações de aspectos do cotidiano escolar.
50. As inovações pedagógicas desenvolvidas a partir dessas observações buscam atender à exigência de formar cidadãos que participem ativamente dos destinos da sociedade.
51. Em relação à inclusão, a escola busca atender a estudantes com necessidades educacionais especiais, concebendo esse atendimento para além da mera barreira física, e sim considerando a inclusão como um todo (social e acadêmica). Cada estudante é atendido em sua especificidade, contribuindo para sua participação ativa na sociedade.
52. A escola possui atendimento semanal pela Escola Parque da EQN 210/211, onde os estudantes realizam atividades em educação artística (p. ex., música, teatro e pintura) e educação física. Desta forma, é possível que os professores, no dia desse atendimento externo aos estudantes, reúnam-se por série para planejar em conjunto com o coordenador pedagógico as aulas da semana e organizar as atividades a serem desenvolvidas. Podem ainda avaliar semanalmente o aprendizado dos estudantes, configurando um acompanhamento processual e sistematizado.

#### *4.2.3.2. Gestão de resultados educacionais*

53. Com o objetivo de contribuir, de maneira relevante, para que ocorram profundas transformações no âmbito escolar e posicionar pais, estudantes, direção, professores e demais servidores como agentes nesse processo, a escola busca conquistar a confiança dos pais no trabalho realizado por toda a equipe através de ações que os levem à percepção da evolução e desenvolvimento satisfatório dos educandos, tanto em avaliações internas como externas.
54. Os resultados positivos dos procedimentos adotados pela escola podem ser confirmados com a observação do quantitativo de matrículas e do interesse da comunidade no ingresso de suas crianças e adolescentes na unidade de ensino. Ao final do período de execução deste PPP, novos resultados poderão ser avaliados.

#### *4.2.3.3. Gestão participativa*

55. Ao longo dos últimos anos, a escola tem buscado ampliar a participação da família na vida escolar do educando e melhorar as relações escola-comunidade. Os compromissos do cotidiano, muitas vezes, impossibilitam o comparecimento dos pais à escola, seja para participação em reuniões ou eventos. Dessa maneira, a escola deve informar qual a legislação que respalda a família quanto à sua participação em reuniões e convocações, bem como fornecer declaração correspondente.
56. Para que haja a integração entre família e escola, entende-se ser necessário atrair os pais para o ambiente escolar, observando sempre horários e datas que viabilizem tal participação. Reuniões devem ter pauta pré-definida para aproveitamento do tempo disponibilizado e melhoria da qualidade das discussões.

57. A escola reconhece que a participação da família é importante. Pensa meios de envolver os pais no processo educacional, abrindo espaço para que a família se sinta acolhida e possam assim trabalhar juntas, visando construir uma escola de qualidade. A escola reconhece ainda a relevância da tomada de decisões em conjunto com a comunidade.
58. Ainda com relação a esse assunto, as reuniões de pais duram mais tempo, com quatro horas de atendimento, para que eles se organizem e compareçam no período estipulado para tal finalidade. Com isso, os pais têm maior flexibilidade, pois sabem que nesse período será prontamente atendido pelos educadores. Para viabilizar a participação dos pais nas atividades da escola, as reuniões bimestrais duram quatro horas.
59. Os eventos promovidos pela escola também contribuem muito para que os pais se sintam atraídos e motivados a comparecer e participar. Eventos tradicionais, como a Festa da Família, Festa Junina, Festa das Regiões e o Natal Solidário, fazem com que a família participe, pois percebe refletido nessas atividades o trabalho realizado em sala de aula, as atividades envolvendo conteúdos relacionados à cultura regional, a diversidade cultural e os valores, como solidariedade, fraternidade e respeito.
60. O Conselho Escolar é composto pela diretora da escola, por quatro representantes do segmento dos pais e dois do segmento dos professores.
61. O Conselho Escolar tem a função de participar da gestão administrativa, financeira e pedagógica, zelar pela manutenção da instituição de ensino, bem como contribuir com ações que assegurem à escola um ensino de qualidade e com a garantia do funcionamento da gestão democrática.
62. Dentre suas atividades, os membros conselheiros definem o destino dos recursos, fiscalizando a sua aplicação, bem como discutindo junto com a direção e os professores o PPP. Portanto, participam ativamente da gestão.

#### 4.2.3.4. *Gestão de pessoas*

63. A formação continuada do educador tem sido alvo de atenção da escola. Na medida do possível, estimula seus educadores a se aperfeiçoarem em suas áreas de conhecimento, seja por meio de cursos oferecidos pela Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação da Secretaria de Educação do Distrito Federal ou por outras instituições de ensino, como a Universidade de Brasília.
64. Nos cursos de formação continuada, um assunto vem sendo bastante debatido: a gestão democrática. Com as mudanças na realidade escolar e na sociedade, surge a exigência de se romper posturas autoritárias antes aplicadas no ambiente escolar pelo seu gestor e torná-lo mais inclusivo e justo. Focalizam-se os direitos humanos, principalmente, com a construção de relações de aprendizado. O gestor deve promover um exercício de reflexão sobre sua postura frente às necessidades e anseios, construindo vínculos, deixando de lado a manipulação de interesses e a legislação em causa própria.
65. Na escola o gestor tem reconhecido e valorizado o trabalho dos demais membros da instituição, tomando para si a responsabilidade de ações praticadas por ele e por seu grupo, designando metas e objetivos (determinando ações para que sejam alcançadas) e planejando tarefas. O gestor também tem propiciado discussões e reflexões acerca dos diversos assuntos que compõem a realidade escolar, realizando constantemente reuniões pedagógicas coletivas, ouvindo seu

corpo docente e buscando junto ao grupo soluções a fim de sanar dificuldades e conflitos. Acompanha o desenvolvimento e o desempenho dos funcionários, auxiliando no que for necessário.

66. Existe constante observação das atribuições dos professores. Estes são acompanhados nos momentos de coordenação pedagógica, em sala de aula quando solicitam auxílio para a realização de atividades ou quando surge algum questionamento sobre condutas adotadas por estudantes. O seu desempenho é avaliado, sendo mais presente nos casos de dificuldades e necessidade de intervenção por parte da equipe gestora. Os resultados dos estudantes são avaliados também, sendo por meio das atividades avaliativas. Através desses resultados, a equipe analisa o desempenho e traça estratégias junto ao professor regente a fim de atingir objetivos planejados.
67. Conforme observado e relatado em avaliações institucionais, a equipe escolar se sente, em sua maioria, satisfeita e motivada com o trabalho realizado.

#### 4.2.3.5. *Gestão financeira*

68. A Associação de Pais e Mestres (APM) é composta por seis representantes do segmento dos professores, três do segmento dos servidores e cinco do segmento dos pais. Tem a função de agir em uma escola democrática. Enquanto instituição, a escola, precisa de parceiros. Nesse sentido, positivo é o trabalho coletivo desenvolvido por pais e professores, com cada ator social respeitando as respectivas atribuições. Disso resulta um ensino de qualidade, com conhecimento produtivo e desempenho favorável dos estudantes. Destaca-se sempre a importância do trabalho coletivo na construção da identidade escolar, favorecendo a elaboração e avaliação periódica do PPP.
69. A APM, juntamente com o Conselho Escolar, corpo docente e gestores se reúne periodicamente. Reúne-se extraordinariamente quando se torna necessário decidir quais benfeitorias a serem realizadas na escola, bem como as prioridades na aquisição de bens permanentes e de consumo.

#### 4.2.3.6. *Gestão administrativa*

70. A escola conta com o projeto Plantando Virtudes, voltado para desenvolver valores e virtudes por meio da leitura de textos reflexivos e peças teatrais. Preveem-se palestras, a serem ministradas bimestralmente pela Orientadora Ana Maria com a parceria de nutricionistas e enfermeiros de Postos de Saúde.

#### 4.2.4. *Cogestão*

71. A escola busca concretizar um conjunto de dispositivos e arranjos com o objetivo de produzir uma gestão verdadeiramente participativa e legítima, garantindo a representação de todos os atores e segmentos envolvidos. Dentre eles:
- a) Formação de comissões compostas pela comunidade escolar (pais, educadores e demais servidores) para atuar junto à direção da escola e ao Conselho Escolar.
  - b) Programa de formação e incentivo das crianças como protagonistas da cogestão.
72. Como compromisso pedagógico inovador, no momento da matrícula, cada pai, mãe ou responsável com filho matriculado disponibiliza pelo menos um turno por

semestre para auxiliar em atividades na escola. Com isso, ficam fortalecidos o princípio da cogestão e a participação pedagógica da comunidade de aprendizagem.

## **5. IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES**

### **5.1. Acompanhamento**

73. O processo de ensino-aprendizagem deverá ser avaliado levando em consideração os princípios epistemológicos, o regimento escolar, as diretrizes de avaliação do Sistema Público de Ensino do Distrito Federal e a LDBEN. Essa avaliação terá o caráter de fornecer subsídios para possibilitar a prática-reflexão-prática do fazer pedagógico. Haverá reuniões coletivas, nos horários das coordenações pedagógicas, para que juntos, todos os profissionais envolvidos, possam perceber o andamento dos trabalhos, avaliar o processo educacional e assim realizar mudanças.
74. A aprendizagem dos estudantes é monitorada semanalmente através de encontros entre professores e coordenadores pedagógicos, avaliando sempre o estudante por meio de atividades desenvolvidas ao longo da semana.
75. As inovações pedagógicas têm ocorrido a partir de observações do cotidiano escolar.

### **5.2. Avaliação do PPP**

76. A avaliação semestral deste PPP (cf. item 32) não impede o contínuo acompanhamento deste. Assim, são atendidas as solicitações dos educadores, buscando-se referenciais comuns para organizá-lo, de maneira a possibilitar compreender e acompanhar melhor o desenvolvimento do educando e rever a sua ação em sala de aula. Considera-se a diversidade de experiências e vivências dos estudantes, o domínio da leitura e escrita para melhor compreensão do mundo, a resolução de situações-problema de diferentes tipos, o envolvimento da comunidade escolar, a avaliação periódica, tornando o conhecimento um recurso para tomar decisões, interferir na realidade de forma a transformá-la. Para isso, a escola buscará:
- Favorecer a interdisciplinaridade e a contextualização, bem como a conscientização dos membros da escola.
  - Articular de forma interdisciplinar e contextualizada valores comuns, tais como: solidariedade, cooperação, responsabilidade, compromisso e valorização da inclusão.
  - Comprometer-se com a ética na atuação profissional.
  - Articular as atividades pedagógicas ao PPP por intermédio do planejamento coletivo.
  - Garantir a convivência criativa entre escola e comunidade.
  - Planejar o trabalho a partir da realidade dos estudantes.
  - Favorecer a relação de confiança entre educadores e educandos.
  - Diversificar os instrumentos avaliativos (observação, relatório individual, questionário, pesquisa, seminários, trabalho em grupo e autoavaliação).
  - Articular e garantir parcerias que possam ajudar na execução deste PPP.
  - Articular e planejar atividades que despertem nos estudantes a conservação e o cuidado com a escola.

- k) Despertar na comunidade o respeito às diferenças.
- l) Repensar a função da escola na formação do cidadão, na construção de conhecimentos, atitudes e valores, contribuindo para que seja ético, crítico, solidário e participativo.
- m) Discutir o papel do educador como agente social, que deve ser o centro das mudanças requeridas pela sociedade.
- n) Valorizar o ser humano em suas diversas dimensões, considerando o ser na sua integralidade.
- o) Vivenciar experiências prazerosas de aprendizagem, ressignificando as atividades propostas.
- p) Perceber o espaço escolar como ambiente de trabalho cooperativo e de equipe, organizando a vida coletiva e a construção de novos conhecimentos, segundo a perspectiva de território educativo.
- q) Definir os fundamentos teórico-metodológicos orientadores da prática docente, tendo em vista a concepção de projetos adotados.
- r) O educando deverá sentir-se apoiado e incentivado a refletir, questionar, pesquisar, tomar iniciativa, enfim, ser o sujeito ativo no processo educativo.
- s) Considerar as fases do desenvolvimento humano das crianças, suas características pessoais e vivências socioculturais.
- t) Reestruturar o conhecimento adquirido na perspectiva da ludicidade e do desenvolvimento integral dos estudantes.
- u) Elaborar e definir os referenciais curriculares com a participação dos educadores.

## 6. REFERÊNCIAS

- BONAMINO, Alícia; FRANCO, Creso. **Avaliação e política educacional**: o processo de institucionalização do SAEB. **Cadernos de Pesquisa**, n.108, p. 101-132, 1999.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. Rio de Janeiro: Campus, 2009.
- COSTA, A.C.G. A presença da pedagogia, teoria e prática da ação socioeducativa. A. ed. São Paulo; Global; Instituto Airton Sena, 2001.
- COTTA, T. Avaliação Educacional e políticas públicas: a experiência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). **Revista do Serviço Público**, n. 4, Brasília, 2001.
- DAVOK, DelsiFries. **Modelo de meta-avaliação de processos de avaliação da qualidade de cursos de graduação**. 2006. 272 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- DELORS, Jacques et al. **Educação um tesouro a descobrir**: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez Editora; UNESCO no Brasil, 1998.
- DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.
- FONSECA, Marília; OLIVEIRA, João Ferreira de. A gestão escolar no contexto das recentes reformas educacionais brasileiras. **Revista Brasileira de Política e Administração de Educação**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 235-240, 2009.

- FRANCO, C. O. Sistema de Avaliação da Educação Básica: potencialidades, problemas e desafios. In: **Revista Brasileira de Educação**, n.17, p. 127-133, 2001.
- GOMES NETO, J. B. et al. **Educação rural**. São Paulo: EDUSP: CEFET-PR, 1994.
- HADJI, Charles. **Avaliação, Regras do Jogo**. Porto: Porto Editora, 1994.
- KLEIN, Ruben; FONTANIVE, Nilma Santos. Avaliação em larga escala: uma proposta inovadora. **Em Aberto**, Brasília, n. 66, 1995.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação de aprendizagem escolar**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- MARCONI, Martins de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2008.
- MARTINS, A. M. A descentralização como eixo das reformas do ensino: uma discussão da literatura. **Educação & Sociedade**, Revista de Ciência da Educação: CEDES, n. 77, ano XXII, p. 28-48, 2001.
- MELLO e SOUZA, A. de. **Dimensões da Avaliação Educacional**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- MINAYO, Maria C.S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- OLIVEIRA, Ana Paula M. de. **A prova Brasil no olhar de uma escola pública da Ceilândia Sul**. Brasília: UnB, 2007.
- OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- PESTANA, M. I. O sistema de avaliação brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 79, n.191, p. 65-73, 1998.
- RESENDE, Leonardo Milhomem de; JANUZZI, Paulo de Martins. Monitoramento do Plano de Desenvolvimento da Educação: proposta de aprimoramento do IDEB e de painel de indicadores. **Revista do Serviço Público**, n. 59, v. 2, p. 121-150, 2008.
- CAPOVILLA, Alessandra G. S.; CAPOVILLA, Fernando C. **Alfabetização: método fônico**. 4. ed. São Paulo: Memnon, 2007.
- JARDINI, R. S. R. **Método das boquinhas: alfabetização e reabilitação dos distúrbios da leitura e escrita**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. Livro I.
- MANATA, Dora Viana. **Como elaborar a proposta pedagógica**. Mimeo: 2000.
- OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. **Elaboração do projeto pedagógico: da concepção à construção**. Mimeo, 2001.
- VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). **Projeto político pedagógico da escola**. Campinas: Papirus, 1995.

### **Legislação**

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Casa Civil.
- Lei n.º 9.394/1996 de 20 de dezembro. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil.
- Portaria n. 931, de março de 2005. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação e Cultura.
- Plano de Desenvolvimento da Educação 2011. Brasília: Ministério da Educação e Cultura.
- Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: Ministério da Educação e Cultura.
- Diretrizes Curriculares Nacionais: educação básica. Brasília: Ministério da Educação e Cultura.